

VIRULÊNCIA, CONFINAMENTO SOCIAL E ÉTICA ASSÉPTICA

Renato Nunes Bittencourt¹

RESUMO: O artigo analisa as reconfigurações sociais impostas pela necessidade de isolamento social decorrentes da pandemia da COVID-19, circunstâncias que se evidenciam como ações éticas, já que envolvem tanto o cuidado de si como também ações cautelosas que evitam prejudicar outras pessoas.

Palavras-Chave: Pandemia; Isolamento Social; Assepsia; Saúde Pública.

ABSTRACT: This article analyzes the social reconfiguration imposed by the need of social isolation due to the COVID-19 pandemic, circumstances that are evidenced as ethical actions, since they involve both self-care and also cautious actions that avoid harming other people.

Keywords: Pandemic; Social Isolation; Asepsis; Public Health.

INTRODUÇÃO

Uma pandemia é um evento gerador de inevitáveis crises globais nas dimensões sanitárias, sociais, econômicas e políticas. Gerações de outrora foram assoladas por guerras constantes. Estamos perante um processo decisório que nos coloca sob o fio da navalha e exige de cada um de nós responsabilidades e mudanças repentinas em nosso padrão de vida. O que fazer a partir de um problema tão grave é o elemento determinante para a superação desse transtorno que avassala nossa frágil civilidade. Lideranças políticas erráticas apenas prejudicam a eficácia dos procedimentos técnicos empregados por autoridades competentes, as quais, pela força das circunstâncias, ficam subjugadas pela estupidez brutal dos desgovernos necrófilos, negacionistas e disruptivos. Se na esfera macrossocial a pandemia é abordada usualmente conforme critérios alheios ao bem comum, na esfera microsocial encontramos diversas formas de lidar com esse malefício, algumas mais salutares, outras mais inadequadas ou mesmo perigosas. As linhas que se seguem é um exercício continuado de reflexão filosófica sobre os impactos da pandemia da COVID-19 em nossa ordenação global e nas inerentes reconstruções de nosso modo de agir, de pensar e de viver.

¹ Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ. E-mail: renatonunesbittencourt@yahoo.com.br

PANDEMIA E NEGACIONISMO CIENTÍFICO

Em uma emergência pandêmica, a expertise medicinal-científica e os saberes afins dos profissionais de saúde são fundamentais para a superação dessa moléstia que devasta o tecido social. Em uma estruturação política democrática e progressista as decisões governamentais, ainda que usualmente influenciadas por determinados critérios mercadológicos, visam promover o bem-estar social, e assim o enfrentamento aos problemas epidemiológicos seriam desprovidos de ideologismos e procedimentos operacionais escusos. Contudo, na égide de um processo de erosão das instituições democráticas, os líderes autoritários colocam seus caprichos e vontades pessoais como os parâmetros normativos de ação, ainda que prejudicando a coletividade social. Nessas condições, os critérios de validação científica cedem lugar ao obscurantismo niilista e aos dispositivos ideológicos tão ao gosto das governanças autoritárias e negacionistas, que no fundo exercem seus poderes contra os interesses republicanos, ainda que grandes contingentes sociais chancelem tais sandices, pois reconhecem na liderança política a luz que libertará a nação das trevas da corrupção, quando na verdade apenas caos social, dor e desordem institucional se evidenciam nos seus procedimentos estúpidos. Luiz Henrique Mandetta (médico de carreira e Ministro da Saúde entre 2019-2020 na Gestão Bolsonaro) avalia com precisão o infantilismo presidencial no enfrentamento da pandemia da COVID-19: “Ele queria no seu entorno pessoas que dessem aquilo que ele queria escutar. E o que ele queria escutar era que a cloroquina era a salvação” (MANDETTA, 2020, p. 144-145). A cloroquina é a panaceia dos energúmenos, pois as atividades econômicas devem permanecer, as pessoas devem trabalhar, ainda que com altas chances de contágio geral. Quem se contaminar que use cloroquina para se curar, esse é o mote bolsonarista. Se o trabalhador morrer, só se pode lamentar, é o risco que todos nós corremos e é também o destino de todos nós, mais cedo ou mais tarde. O poder presidencial se configura como uma gestão pública da morte, pois suas ações erráticas são estratégias certeiras para estabelecer a decadência de nosso tecido social. Conforme argumenta Felipe Demier,

Guiados pela razão do mercado, os governantes de plantão se mostram totalmente irracionais e incapazes de proteger um povo do qual já se divorciaram há tempos, se é que um dia dele realmente se enamoraram e a ele prometeram estar ao lado na saúde e na doença (DEMIER, 2020, p. 57).

Vemos assim uma governança disruptiva que, apesar de sua aparente insanidade, em verdade faz da destruição das instituições sociais o seu *modus operandi* mais grotesco. A ignorância se torna motivo de orgulho para um segmento sociopolítico alinhado com os dispositivos autoritários, e toda racionalidade, cientificidade e apreço intelectual são vilipendiados como faculdades inimigas da ordenação governamental almejada por essa malta de insensatos.

A PRÁXIS DO ISOLAMENTO SOCIAL

A vigência da pandemia exige a aplicação de uma série de medidas restritivas que atualizam o conceito de sociedade disciplinar, pois aumenta a demanda por fiscalização, monitoramento, vigilância e assepsia dos corpos perante os riscos sociais de contaminação. Contudo, não temos mais a égide dos corpos dóceis, mas sim dos corpos protegidos e ativos. Com efeito, cada indivíduo consciente dos perigos da carga viral da COVID-19 permanece em estado de alerta constante, tal como um soldado mobilizado para a batalha. A imagem parece talvez bizarra, mas é bastante descritiva do quadro de autocontrole exigido pela tentativa de se evitar qualquer chance de contaminação. Da mesma maneira também atuamos como panópticos individualizados que observam os comportamentos alheios para denunciar qualquer tipo de desvio de conduta. Permanecer sem máscara em um ambiente que o exige se torna um pecado mortal, e não hesitamos em acionar agentes de segurança para coibir comportamentos impróprios de pessoas que insistem em descumprir as normas assépticas de segurança sanitária. Por conseguinte, o controle disciplinar não está mais centralizado nas estruturas sociais de poder, mas em cada pessoa, horizontalizando, de certa maneira, as relações disciplinares. Porém, o que a realidade pandêmica nos exhibe é justamente o quanto necessário é a existência de um sistema de monitoramento da conduta humana para que os interesses soberanos da coletividade social sejam preservados. Vemos assim o fortalecimento, mais do que nunca, das bases ontológicas da Modernidade e suas exigências de padrão, controle, uniformidade e hierarquia, Modernidade que certamente se reconfigura ideologicamente, mas que permanece em plena vigência. Distopia talvez para aqueles que anseiam por plena

liberdade de ação, as técnicas sanitárias de monitoramento de riscos de contágio viral se tornarão a exigência fundamental para uma sociabilidade tecnocrática e administrada, capaz de controlar as contingências que tanto prejudicam o seu progresso gerencial.

Ao abordarmos os procedimentos adequados para nos precavermos dos riscos de contágio, não podemos esquecer de um poderoso instrumento, muitas vezes trivializado: o sabão, nobre recurso que se legitima mais do que nunca como nosso grande marco civilizatório de pureza e de limpeza de um mundo dessacralizado, tal como um recurso que aplica, em uma dimensão laica, o antigo projeto espiritual de eliminação de tudo aquilo que impedia a elevação moral do ser humano rumo ao suprassensível. Não são mais as orações e penitências que purificam a alma humana, mas as constantes técnicas profiláticas e assépticas de cuidados higiênicos que livram nosso organismo dos germes, bactérias e vírus, em uma rotina disciplinar muitas vezes repetitiva. Em um mundo desencantado, sem transcendência, o cuidado de si é a maior virtude que se pode esperar do sujeito. Eis a nova ascese que nasce na epiderme e domina toda nossa compleição física. Alma branca, espuma branca.

Hábitos cotidianos que demonstram nossa cordialidade e abertura para com nossos camaradas são abruptamente transformados. Nada mais de abraços, apertos de mão, beijos. O contato físico deve ser mínimo, como um novo imperativo categórico em tempos de indigência sanitária. Quanto maior a distância física entre os interlocutores, menor os riscos de contaminação para ambas as partes. Apenas assépticas saudações joviais. Por amor ao gênero humano renunciamos, provisoriamente, ao espírito de sociabilidade que nos é inerente: “Abster-se de apertos de mãos e isolar-se quando necessário é a forma atual de solidariedade”. (ZIZEK, 2020, p. 81). Fazemos também uma operação de guerra contra os fluidos, microscópicos inimigos mortais da saúde pública na situação pandêmica que invadem nossas defesas mesmo com todas as precauções cabíveis. Um dos maiores exercícios de ética prática na conjuntura pandêmica é evitar espirrar ou tossir em espaços públicos, controlar ao máximo essas explosões orgânicas que são tão perigosas para quem está ao nosso redor. Assim como o controle social cada vez mais é ubíquo, assim também as ameaças virais se apresentam diante de nós, como forças onipresentes que não são mensuradas tecnicamente. Vivemos assim sob o regime da incerteza, da imprecisão, da dificuldade de conter os avanços do inimigo.

O isolamento social, decorrente da adoção das medidas sanitárias de contenção da pandemia, inevitavelmente gera uma situação paradoxal: pode tanto despertar o sentimento de solidão e de angústia nas pessoas que anseiam por sociabilidade, como também um razoável bem-estar pela impossibilidade de se interagir com as pessoas tal como as necessidades práticas no ritmo ordinário da vida de outrora exigiam para o sujeito. Não é de se estranhar, nesse caso, se mesmo uma ardente misantropia talvez antes obscura venha a florescer a partir de então abertamente no âmago dessa pessoa. O distanciamento social nos permite observar com mais detalhamento o comportamento das pessoas na coletividade e o quanto somos individualistas e autocentrados. A dificuldade de nos reconhecermos como membros de uma grande comunidade se revela nos momentos de grande crise global, pois poucos aceitam renunciar aos seus interesses em prol da sociedade. As orientações epidemiológicas mais basilares são seguidas com má vontade por diversos segmentos populacionais, ou mesmo sequer cumpridas, em um misto de ignorância, desengajamento social, negacionismo científico e antipatia. O uso de máscaras nos espaços públicos, a aplicação de álcool em gel e outras técnicas sanitárias são imputadas como procedimentos absurdos e mesmo como alienígenas por nichos niilistas de nossa triste sociedade. Para pessoas embrutecidas, procedimentos assépticos ressoam como falta de virilidade e de coragem. Nenhuma medida restritiva pode frear sua vontade pessoal de gozar a vida ainda que em detrimento do bem comum. Nesse ponto cabe uma análise acerca dos limites da liberdade individual. Uma perspectiva ultraliberal defenderia a prerrogativa pessoal acima dos interesses coletivos. Por conseguinte, se o sujeito não quiser seguir as medidas preventivas estabelecidas pelas autoridades públicas, trata-se de um direito inalienável que nenhuma força externa pode se sobrepor. Se esse sujeito não aceitar tomar uma eventual vacina, idem. A ticanhez dessa ética mínima consiste no fato de que o sujeito temerário, ao se expor aos riscos de contaminação por seus atos inconsequentes, também coloca em risco pessoas em sua zona de atuação, e isso não é uma questão de vontade, mas de ciência. A aplicação dessa teoria ultraliberal, ao fim e ao cabo, promove a destruição do tecido social e representa uma violação dos fundamentos liberais originais, que postulam as defesas das liberdades individuais desde que a integridade pessoal e os direitos de outrem não sejam violados pelas nossas ações:

A única parte da conduta por que alguém responde perante a sociedade é a que concerne aos outros. Na parte que diz respeito unicamente a ele próprio, a sua independência é, de direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e espírito, o indivíduo é soberano [...] Desde que algum setor da conduta de uma pessoa afete de maneira nociva interesses alheios, a jurisdição da sociedade o alcança, e a questão de a interferência nesse setor promover, ou não, o bem-estar geral, torna-se aberta à controvérsia (STUART MILL, 1991, p. 53; p. 118).

Uma vez que numa situação pandêmica nosso corpo se torna potencial vetor de transmissão e contágio viral para terceiros, justifica-se, em uma perspectiva liberal, a adoção de medidas restritivas para que as autoridades sanitárias possam capitanear esforços para diminuir a curva pandêmica. O direito ao ir e vir, ao colocar em risco o bem comum, deve ser suspenso até que a situação sanitária melhore. Mesmo que apólogos ultraliberais postulem fantasiosamente que “não existe essa coisa de sociedade”, mas apenas indivíduos, fazemos parte sim de uma estruturação social, e talvez quem não se sentir satisfeito com essa necessidade (por ser uma besta ou um deus) pode viver no alto da montanha, no deserto ou em uma plataforma marítima, desde que não incomode outrem com suas idiossincrasias individuais, próprias de um cretinismo moral. Contudo, há que se ressaltar a dificuldade material para essa pessoa individualista conseguir um local adequado para realizar sua utopia, já que cada vez mais os espaços geográficos estão povoados e privatizados. Mesmo que essa pessoa autocentrada consiga enfim encontrar um habitat adequado para sua solidão de uma vida fora da sociedade ela não poderá, todavia, violar as condições do meio ambiente na qual elegeu sua morada sem que seja responsabilizada por seus atos. Essas pessoas que não aceitam nenhum tipo de legislação jurídica em suas vidas talvez sequer sejam senhoras de si mesmas, mas apenas idiotas incapazes de amar, de interagir, de reconhecer nos demais figuras em quem confiar e desenvolver relações frutíferas. O sujeito autocentrado requer plena autonomia, mas para que ele consiga usufruir dessa condição ele depende de instituições sólidas que garantam justamente o desfrute desse poder. Para o ultraliberal, o outro só serve como um instrumento para realização dos seus propósitos egoístas. O isolamento social pode talvez promover em nossa subjetividade disposições irritadiças, ansiedade, tédio. Contudo, na inexorabilidade dessa situação, não adianta nos rebelarmos contra as condições adversas na qual estamos todos imersos, exceto se quisermos sofrer a contaminação e enfrentar

resignadamente os malefícios da COVID-19. Por conseguinte, o tempo livre a ser cumprido no espaço doméstico pode ser aproveitado em tarefas aprazíveis que tonifiquem nossa capacidade de ação, não apenas para a resolução de problemas práticos, mas também para a apropriação criativa da vida: “A principal tarefa é estruturar sua vida cotidiana de maneira estável e dotada de sentido” (ZIZEK, 2020, p. 112).

A solidão forçada que o confinamento doméstico impõe talvez seja uma experiência bastante interessante para taciturnos e ermitões, e é inegavelmente desagradável quando amamos a boa sociabilidade. Porém, as circunstâncias difíceis exigem adaptações pessoais e paciência para que encontremos soluções definitivas para o controle da COVID-19. Precisamos, seja na suspensão ou na diminuição das atividades externas, reaprender a ouvir os sons da natureza, contemplar suas cores, sentir seus odores, ressignificando assim uma realidade externa que muitas vezes não era apreendida plenamente. Precisamos, ainda, desenvolver a capacidade de ouvir os sons do silêncio para que assim possamos ouvir a voz de nossa própria consciência. Por isso na conjuntura pandêmica as práticas holísticas e as técnicas de meditação são tão pertinentes, pois elas favorecem nossa interiorização psicológica, tão desvalorizada na espetacular cultura das aparências, onde precisamos justificar nossa existência com as imagens de sucesso, luxo, prosperidade e a almejada felicidade editada com os dispositivos técnicos de embelezamento. Estamos em um momento civilizatório que exige reflexão sobre nossa própria finitude, respeito pela memória dos mortos, tanto pelos entes queridos como pela miríade de desconhecidos. Todavia, esse grande luto não é incompatível com o cultivo das nossas capacidades intelectuais. Redação de textos, poemas, canções, assim como ler livros ou assistir filmes, ou ainda o exercício de atividades culinárias ou artesanais, dentre outras possibilidades imagináveis, são técnicas salutareias para um maior enriquecimento da existência em nosso confinamento domiciliar. É um sinal de respeito aos mortos que nós, que ainda vivemos, façamos em nossas vidas privadas o que nos dá mais significação existencial e prazer diante de tamanha miserabilidade. A realidade pós-pandêmica, que jamais será similar ao do mundo de outrora, exigirá disciplina, vigor e novas habilidades gerenciais, em especial nas sociedades afetadas pelo déficit democrático (isto é, cujas estruturas políticas não são exercidas pelo progresso dos seus cidadãos como um todo, mas para a satisfação de alguns segmentos privilegiados, inclusive através de medidas autoritárias, nepotistas e

clientelistas que ajudam a consolidar esse status quo vertical). Por isso é fundamental que nos esforcemos para subsistir da maneira mais razoável possível na vigência da pandemia: “Precisamos aprender a viver em um mundo viral. É necessário reconstruir, dolorosamente, um novo mundo da vida”. (ZIZEK, 2020, p. 125).

Em nossa lógica produtivista, consideramos perda de tempo toda impossibilidade de ação prática no âmbito social. Precisamos mudar essa maneira de compreender nosso modo de vida. O isolamento social pode se tornar um poderoso exercício de interiorização, nos tornando mais pacientes com as condições adversas e mais frugais em nossos hábitos. Da mesma forma que exige uma ressignificação da experiência familiar. O ritmo alienante de uma vida que não administra adequadamente o tempo diário usualmente despersonaliza nossas relações mais importantes, produzindo uma tétrica falta de diálogo, comunicação, interação interpessoal. O confinamento social, longe de ser um inferno da convivência forçada, pode se tornar o momento de se resolver as divergências pessoais e assim reatar relações familiares que estavam desgastadas ou desprovidas de substancialidade. Não adianta se refugiar no quarto da intimidade. A melhor alternativa para se enfrentar o longo tempo de uma maior partilha de vida comum é a interação, onde todos passam mais tempo juntos em atividades produtivas ou lúdicas. Por outro lado, é notório que casos de brigas familiares/conjugais proliferam na vigência da pandemia, o que nos leva a deduzir que essas pessoas apenas se suportavam na vida de outrora e faziam da experiência externa ao lar uma fuga conveniente para as suas frustrações existenciais e incapacidades relacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo pandêmico, ninguém pode se lisonjear por não seguir prescrições sanitárias basilares, fundamentais para que não ocorra contágio tanto individual como também de terceiros. Uma pergunta recorrente que é feita para gestores, sociólogos, filósofos, psicólogos e outros nichos intelectuais consiste em se tentar saber se o mundo e a própria humanidade se tornarão melhores após o controle da pandemia da COVID-19. Toda especulação sobre o futuro é perigosa, mas acredito que uma postura cética é mais razoável a ser adotada, pois percebemos que todos os tipos de comportamentos humanos

afloraram durante a virulência da COVID-19, desde as ações mais negacionistas e egoístas, até as mais respeitadas e solidárias. Para alguns o Coronavírus é uma fabulação midiática para desestabilizar governos, para outros a concretização fatal de projeto comunista para desestabilizar o capitalismo. Pessoas que não cumpriram as prescrições sanitárias morreram, outras não, pessoas que cumpriram as prescrições sanitárias não morreram, outras sim. Ou seja, a COVID-19 é tal como uma roleta da sorte, não sabemos, em caso de contágio, como ela afetará nosso organismo, e isso é um dos fatores mais insólitos dessa moléstia, pois não conhecemos plenamente suas potencialidades, apenas conjecturamos a cada dia o que fazer para sobrevivermos. Todo o gerenciamento tecnocrático de nossa vida cada vez mais virtualizada não é capaz de controlar o Coronavírus; tanto pior, toda nossa trajetória científica não foi capaz de inculcar em diversos animais sociais a importância da expertise medicinal para a boa construção da vida humana.

REFERÊNCIAS

DEMIER, Felipe. Crônicas de dias desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia. Rio de Janeiro: MAUAD, 2020.

MANDETTA, Luiz Henrique. Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o Coronavírus. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

STUART MILL, John. Sobre a Liberdade. Trad. de Alberto da Rocha Barros. Petrópolis: Vozes, 1991.

ZIZEK, Slavoj. Pandemia: COVID-19 e a reinvenção do comunismo. Trad. de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2020.